



46

REVISTA  
PORTUGUESA  
DE  
HISTÓRIA

COIMBRA 2015

**Isabel Drumond Braga, *Viver e morrer nos cárceres do Santo Ofício.***  
Lisboa: Esfera dos Livros, 2015, 375 p.

Isabel Drumond Braga tem contribuído para a historiografia da Inquisição com estudos incidentes sobre temáticas às quais se tem conferido pouca atenção. Este livro, estruturado em nove capítulos, é mais um desses fortes contributos, pela pertinência do objecto tratado e originalidade do enfoque analítico, detendo-se no quotidiano daqueles que eram aprisionados nos cárceres do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Aspectos tão importantes como o dia-a-dia desses indivíduos, as relações entre si e com o mundo exterior, o seu pensamento e as suas angústias era até então terra ignota. Firmando o sólido e rigoroso espectro de argumentos que norteia todos, e cada um, dos capítulos, numa vasta e consistente bibliografia, nacional e estrangeira, assim como em variadas fontes originais, a autora utilizou exclusivamente documentação de natureza inquisitorial, impressa e manuscrita, nomeadamente regimentos, processos, denúncias, correspondência, visitas aos tribunais de distrito e aos cárceres, determinações e contas do Conselho Geral e tribunais distritais.

O trabalho, que resulta do projecto *Muçulmanos e Judeus em Portugal e na diáspora: Identidades e Memórias (sécs. XVI-XVIII)*, financiado pela FCT, não desprezando os motivos que levavam os réus à prisão e o que acontecia com as suas vidas quando dela saíam, privilegia a análise do período de encarceramento. O título ajusta-se em pleno, por conseguinte, ao problema que a autora procurou tratar e a microanálise, metodologia escolhida, foi a que melhor permitiu tratá-lo porquanto permitiu recorrer a escalas diferenciadas de observação que por sua vez possibilitaram estudar o singular e o plural sem cair no anedótico. E, neste âmbito, dever-se-á salientar, é bastante rico o uso de exemplos em todos os capítulos, o que evidencia um tratamento aprofundado das fontes.

Principia com um sucinto estado da questão, onde apresenta os principais contributos das historiografias portuguesa e espanhola sobre a temática, usando-os ao longo do livro. De resto, é de salientar a preocupação da autora, ao longo de toda a obra, com a comparação com o que revelam estudos das mesmas problemáticas produzidos em Espanha e Itália.

No primeiro capítulo analisam-se as críticas efectuadas ao tribunal, não apenas por parte da elite letrada como ainda por parte dos populares, nomeadamente os presos, seus familiares e amigos. A questão do confisco era a mais recorrente entre os autores das sátiras, sobretudo pelos danos irreparáveis que representava para a maioria dos que ficavam privados dos seus bens.

No segundo capítulo Isabel Drumond Braga centra-se sobre a natureza da prisão na Época Moderna e na especificidade dos cárceres do Santo Ofício em

comparação com as prisões régias e eclesiásticas. Aqui, o argumento principal é do que muito embora os cárceres inquisitoriais fossem no geral ruins, tanto os do secreto como da penitência, eram melhores do que os dos espaços de reclusão régia ou eclesiástica.

Apesar dos regimentos determinarem que neles se albergassem apenas um preso, a sobrelotação levava ao desrespeito dessa normativa, o que punha em causa o segredo processual e acarretava situações de violência e comunicação ilícita, por vezes do foro sexual, entre presos. As péssimas condições das várias prisões inquisitoriais, tanto as dos tribunais como as das galés, que têm neste livro um tratamento aprofundado, as quais não raro faziam perigar a saúde e a própria vida dos reclusos, pela exiguidade do espaço, pouco arejamento, existência de fedores, humidade, sujidade e permanência de bichos, foram sendo relatadas ao longo dos tempos por eles próprios, o que representava em si a conspurcação do juramento de segredo que eram obrigados a fazer em relação a tudo o que lá dentro se passava. A autora apresenta vários desses relatos. Reconstitui, também, as várias remodelações que no transcorrer dos séculos foram sendo feitas nos tribunais de distrito com vista ao melhoramento das condições físicas desses locais de clausura. Apesar de todas as limitações desses espaços, de acordo com a autora, era extremamente difícil os réus deles se esvaírem. Até porque, como comprova documentalmente, poucas foram as tentativas que não fracassaram.

Os reclusos que tinham alguns bens podiam levar consigo para o cárcere certos objectos de uso pessoal para estarem mais confortáveis, como foi o caso, entre outros, do abonado cónego viseense Baltazar Estaço, preso em 1614. Poderiam ainda, posteriormente, requerer outros, mediante pagamento. Já os presos pobres, na falta de bens essenciais, nomeadamente roupa, poderiam solicitá-los aos inquisidores. Porém, como também mostra Isabel Drumond Braga, uns e outros, pagando ou não, nem sempre viam as suas pretensões deferidas. Sobre a sua higiene pessoal, pouco se sabe, muito embora entre os dados documentais disponíveis apareçam referências a presos que se catavam, desfaziam a barba, cortavam as unhas, lavavam várias partes do corpo e se limpavam com toalhas, trapos ou peças de vestuário. Os tribunais tinham despenseiro e lavadeira, não obstante algumas queixas que aparecem entre o espólio documental estudado pela autora fazerem supor que só mensalmente se procedida à mudança de roupa nos cárceres.

No terceiro capítulo a autora reconstitui as peças de alguns processos, com o objectivo de provar que na base de algumas prisões e respectiva instauração de processos com cominação de sentença estavam denúncias falseadas eivadas de ódio, inveja, inimizades e vingança. Um dos casos mais flagrantes, de

acordo com Isabel Drumond Braga, é o processo do cronista do Reino, Fernão de Pina, acusado e preso por proposições heréticas. Tais conjuras poderiam ocorrer inclusive dentro do próprio cárcere. Porém, toda a azáfama indagativa empreendida pelo Santo Ofício se destinava a apurar a verdade e obter a confissão real do réu. *Perguntas e mais perguntas*, num autêntico jogo de cabra-cega com o recurso a várias sessões interrogatórias e ainda ao tormento com potro, polé e açoites.

Nos cárceres eram servidas refeições aos presos. Questões até então ignoradas pela historiografia como quantas refeições eram servidas e como eram compostas; como devia ser distribuída a comida; quem confeccionava o repasto e onde; quem liquidava as despesas; como era controlada a actividade do despenseiro; a quem os tribunais adjudicavam o fornecimento das mercadorias, quem as transportava e quais as exigências para se ser servidor do Santo Ofício neste âmbito; se havia preocupação com a qualidade dos alimentos; quantas cozinhas existiam em cada tribunal de distrito, quais os objectos e víveres nelas existentes, e se o Tribunal acautelava a sua higiene, são alvo de tratamento no quarto capítulo. A terminar, a autora fornece ainda dados preciosos sobre as refeições que eram confeccionadas para alguns oficiais inquisitoriais em ocasiões específicas, nomeadamente enquanto se preparavam os autos-da-fé.

Os modos de ocupação do tempo durante o cativo constituem as unidades de análise do quinto capítulo. Passear nos exíguos limiares do cárcere, fazer trabalhos manuais, consumir tabaco, pensar, meditar, rezar, ler, escrever e desenhar eram algumas das actividades que os presos usavam amiúde para enfrentar o tédio da prisão. Entre elas, os escritos e as leituras, certamente por serem aquelas que mais registos documentais deixaram, são as que mais espaço ocupam na economia do capítulo.

Nascer e adoecer foram outras duas ocorrências que se verificaram nos cárceres e a autora não deixou de lhes prestar atenção, constituindo, o sexto e sétimo capítulo, respectivamente. Aqui, não só se analisa quantas mulheres deram à luz, de que crimes foram acusadas, por quem foram assistidas e que destino foi dado aos recém-nascidos; como se examina também quais as principais patologias físicas e psicológicas evidenciadas pelos presos (que ocorriam casualmente, que eram provocadas pelos próprios ou infligidas no tormento) e o respectivo tratamento que era aplicado, quantos e quem eram os profissionais com que a Inquisição contava para tratar essas doenças, e de que meios se socorria o Tribunal para distinguir os casos de demência real, que pressupunham a liberação dos réus, dos casos de loucura fingida.

No oitavo capítulo a autora analisa as prevaricações que ocorriam nos cárceres inquisitoriais. É de suma importância a documentação carreada com

o intuito de mostrar que nas prisões os contactos com o exterior eram mais frequentes do que se poderia imaginar. Não obstante o segredo processual ser uma imagem de marca do Tribunal e inclusive uma das principais estratégias da praxe inquisitorial, a verdade é que ele era conspurcado em todos os tribunais distritais através de várias estratégias que os réus utilizavam para contactar não apenas com o exterior como ainda com outros indivíduos cerrados no cativeiro. O rol de casos apresentados é bastante sugestivo quanto ao leque de estratégias montados, sendo os mais frequentes os buracos nas celas, a emissão codificada de sons e a circulação de escritos através de expedientes vários como roupa e comida.

Tal era a facilidade com que determinados presos se esvaíam que se sucederam casos de indivíduos circularem pela cidade e retornarem pelo próprio pé, com informações e recados para os restantes encarcerados. Correntia era também a comunicação no seio dos calabouços, ao ponto de se terem verificado situações de trato ilícito e até promessas de casamento.

É óbvio que, como fica patente ao longo do capítulo, muitas destas situações insólitas advinham de carcereiros corruptos e inábeis que eram autores de toda a sorte de comportamentos incompatíveis com a missão que lhes fora confiada, nomeadamente o assédio das presas, a aceitação de subornos, o roubo de alimentos e as falcatruas na contagem da despesa. A Inquisição, como bem notou a autora, procurou reprimir essa promiscuidade. Porém, também foi arguta ao instrumentalizá-la, transformando-a numa plataforma de refluxo de informações idêntica à que se pretendia com os cárceres de vigia.

O derradeiro capítulo, sob o título “Do cárcere para casa”, centra-se nas implicações negativas da prisão inquisitorial na vida daqueles que por ela passaram. Não tanto dos cárceres em si, em boa verdade, mas da condição de processados por um tribunal como o do Santo Ofício da Inquisição. Ser preso e sentenciado era motivo de desonra e exclusão social. Mudava, por conseguinte, a vida dos réus e dos respetivos familiares ao nível social e económico. Com o bem viu a autora, o que se vivia, o que se aprendia, o que se sofria e o que se perdia, deixaria marcas indeléveis nas suas vidas. Apesar de não ser empresa fácil, visível no facto de ser este o capítulo mais pequeno do livro, mais do que presumir que eram muitas as consequências negativas na vida dos réus, era importante analisar concretamente essas implicações, estudando-se o quotidiano pós-prisão. Sabemos, porém, que são limitadíssimas as fontes que o permitem fazer.

O livro apresenta ainda um apêndice documental devidamente avalizado no que respeita à utilização de critérios científicos de transcrição. Os 5 documentos que constituem este *corpus* são de facto bons exemplos do tipo de fontes em que se alicerçou o trabalho e auxiliam o leitor a perscrutar na temática.

Em suma, um livro de história bem escrito, bem estruturado e que permite aos estudiosos do tema e ao leitor não académico perscrutar no quotidiano do mundo sombrio dos cárceres inquisitoriais, solitário, incerto e áspero como asseveraram, com toda a propriedade, muitos dos críticos do Tribunal.

JAIME GOUVEIA  
CHAM / CHSC  
Email: jaim.ricardo@gmail.com

**Gilles Lipovetsky, *A Felicidade Paradoxal: Ensaio Sobre a Sociedade do Hiperconsumo*. Lisboa: Edições 70, 2010, 360 p.**

Em a *Felicidade Paradoxal*, Gilles Lipovestky percorre a história do consumo e do indivíduo ao longo dos últimos séculos. Na sua perspectiva, o consumo pode enquadrar-se em três grandes fases, sendo que estabelece uma 1ª fase que vai desde o final do século XIX até à II Guerra Mundial. Esta caracteriza-se pela produção e marketing em massa, em que o capitalismo de consumo não se desenvolveu somente devido à inovação técnica introduzida, “foi também uma construção cultural e social, que exigiu a «educação» dos consumidores e necessitou do espírito visionário de empresários” (p. 25).

Nos últimos 50 anos encontramos mais duas fases do consumo, a primeira entre o fim da II Guerra Mundial e os anos 80 que se caracteriza pela abundância criada pela produtividade e crescimento económico. Esta fase concede o acesso, de uma forma generalizada, a todas as classes sociais ao consumo. A partir da década de 80 emerge uma sociedade consumista radicalmente diferente da anterior. Onde vigorava o consumo como forma de afirmação social, passa a vigorar um consumo de cariz emocional. Nesta fase, caracterizada pelo consumo emocional impera, segundo Gilles Lipovestky, o consumo entendido numa lógica de diferenciação social, existindo uma “pressão contínua em termos de prestígio e reconhecimento, estatuto e integração” (p. 33). Mais, defende o mesmo que “os produtos já não se limitam a funcionar eficazmente, mas devem despertar o prazer dos sentidos, oferecer uma qualidade sonora ou olfactiva, fornecer um suplemento de realidade tátil, favorecer uma experiência sensitiva e emocional” (p. 198).

A nova organização do trabalho, na segunda mas essencialmente com a terceira fase do capitalismo de consumo, assenta numa grande desregulação do mercado, com uma enorme precarização dos empregos, em que a esfera profissional gera cada vez mais sentimentos de insegurança, angústia e dúvida